

A REFORMA AGRÁRIA E A TRANSMISSÃO DA TÉCNICA INTERGERACIONAL NO NOROESTE PAULISTA

Danton Leonel de Camargo Bini¹

As mudanças na base técnica da produção agropecuária que expandiram o *meio técnico-científico-informacional* no campo não extinguiram a reprodução subalterna dos modos de vida tradicionais nas regiões do *Brasil Agrícola*. Os sucessivos incrementos de inovações que acompanharam as conquistas hegemônicas dos *circuitos espaciais* de produção dominantes e internacionalizados, ainda que tenham criado novas demandas de consumo produtivas e consumptivas centralizadas no urbano regional, não dissiparam os *circuitos espaciais* da economia popular ligados à alimentação. Ao contrário, no processo de formação socioespacial *verticalizado* pelos anseios das divisões territoriais da produção e do trabalho na escala mundo, dialéticas permanentes são aclaradas pelas resistências autóctones mantidas na *horizontalidade* do *espaço banal*. Ao se considerar no surgimento sucessivo de *novos* elementos a permanência dos *velhos*, e ao se compreender a densidade relativa diferenciada entre os vetores *externos* e *internos* nas configurações regionais, buscou-se nesse estudo a totalidade através da *compartimentação* entre os *circuitos espaciais*.

No movimento complexo de (re)construção do espaço geográfico, a diversidade técnica das atividades produtivas, a pluralidade nos níveis de capitalização, a heterogeneidade organizacional dos empreendimentos e a diferenciação no alcance geográfico das escalas de produção configuram uma territorialização múltipla, uma *multiterritorialidade* (HAESBAERT, 2007).

As políticas neoliberais intensificadas nos anos 1990, ao reduzirem a atuação do Estado na elaboração de políticas de planejamento regional, abriram caminho para que as leis de mercado redefiniram o mapeamento dos *circuitos espaciais* de produção, circulação e distribuição dos setores da economia. A abertura comercial que facilitou a entrada de produtos importados no mercado nacional garantiu a permanência dos atores e das regiões mais competitivas. Reduziu-se a ocupação diversificada do solo pelas culturas agropecuárias nas regiões, o que acentuou a especialização produtiva do *território usado* e conseqüentemente a divisão territorial da produção e do trabalho. Intensificou-se o êxodo rural e a urbanização desordenada (que acrescidos pela flexibilização das leis trabalhistas) agravaram ainda mais a precariedade da condição humana no findar do século XX.

Nesse processo de reestruturação do capitalismo a nível global, a informatização dos processos produtivos permitiu a criação de sistemas técnicos com padrões universais. Daí o surgimento de unicidades técnicas nos diferentes ramos da economia que propiciaram a unificação do tempo e dos padrões de consumo.

Reflexo da interdependência entre os lugares exacerbada nesse período *técnico-científico-informacional*, a existência e o ritmo da vida nas

¹ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

regiões são cada vez menos comandados localmente. Grupos multinacionais extremamente capitalizados gerenciam *redes* de demandas internacionais que no setor agropecuário impõem especializações produtivas a extensos fragmentos do território. Sob a conivência dos interesses dos proprietários de terra regionais que vivem majoritariamente da especulação fundiária de suas posses, o *reges* local se manifesta de maneira mais efetiva para a legitimação dos interesses do capital².

No processo de totalização ocorrente em uma determinada região, somente alguns vetores seletivos do mundo se instauram no lugar (SANTOS, M., 2008). O imperativo da competitividade exige que esses lugares da ação global sejam previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção (no nosso caso a agropecuária) uma produtividade maior. Assim, o exercício dessas ações globais de seletividade dos lugares e dos vetores passa a depender da existência na região de condições locais que garantam eficácia aos respectivos processos. No desencadeamento dessa totalização permanente, a maioria dos lugares e das comunidades locais e regionais vive o mundo sob uma imposição *vertical* de vetores técnicos, informacionais, políticos, sociais e culturais. As populações locais, em sua maioria, não vivem o mundo com possibilidades ativas de escolha. As elites regionais, em parceria com atores externos, instauram nas localidades, prioritariamente, vetores mundiais geradores de mais-valias.

Partindo-se do princípio de que o fragmento técnico da produção possibilita que as cidades locais e regionais possuam através da exploração do trabalho e da geração da renda um determinando controle sobre suas hinterlândias, chega-se, contudo, à síntese de que o domínio político da produção é realizado sob o imperativo de ordens advindas de escalas superiores no sistema urbano. São principalmente nas cidades globais (sedes das macrodecisões públicas e privadas) que se “[...] têm o comando político, mediante ordens, disposição da mais-valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação” (SANTOS, M. 2002, p. 271-273).

Partindo de um delineamento histórico-territorial da Noroeste Paulista, compreende-se quais os elos produtivos (econômicos) e técnico-científicos que a porção territorial estudada mantém com o Brasil e com o Mundo. Tendo no momento atual as produções canavieira e da pecuária de corte como principais atividades no uso territorial do campo regional, coloca-se como desafio entender suas execuções e seus direcionamentos via beneficiamento e distribuição.

Produtos *secundários* fabricados na região servem também de base para se entender o processo de produção, gestão e uso do espaço geográfico regional. Da análise de todas essas atividades, pode-se captar as principais dinâmicas da infraestrutura (fixos) e dos fluxos de alimentos ocorrentes na região.

Questionou-se com ênfase nesse estudo a produção de alimentos geradores de segurança alimentar e nutricional frente à hegemonia das pastagens pecuárias e da expansão da cana-de-açúcar nas áreas agricultáveis da região. Numa conjuntura em que a maioria das produções de arroz, feijão, frutas, legumes e verduras não é suficiente para suprir a demanda da

² Destarte, expõe-se a pouca concretude das instâncias governamentais como as Regiões Administrativas do estado de São Paulo.

população regional por comida, demonstrou-se a predominância (e dependência) de extensos *circuitos espaciais* de circulação nas estruturas de abastecimento de alimentos.

Presenciou-se, contudo, uma *situação* na qual os avanços nas políticas públicas de compra governamental de alimentos da agricultura familiar surgidos a partir dos anos 2000 (através do PAA e do PNAE) têm possibilitado se diagnosticar um cenário futuro de estruturação técnica e organizacional dos pequenos e médios produtores agropecuários da região de Araçatuba.

No caso específico dos produtores assentados de reforma agrária, reconheceu-se, em muitas das famílias, um contexto em que o conhecimento do trato com a terra se apresenta ainda muito deficiente. Diferente dos agricultores tradicionais (que pela permanência na terra de maneira ininterrupta mantiveram garantidos a reprodução do domínio técnico entre as gerações), uma grande quantidade desses assentados, ao ser oriunda do urbano, adquiriu a concessão de uso de lotes da reforma agrária possuindo conhecimentos técnicos muito limitados sobre a produção agropecuária³. Numa realidade na qual a atuação da extensão rural é deficitária, e 30 dos 43 assentamentos surgidos na região de Araçatuba possuem menos de uma década de funcionamento, a baixa instrução vigente ainda impede uma expansão produtiva que fortaleça suas participações além da cultura do leite e dos programas de compra governamentais⁴.

Sendo a linha do Pronaf para a pecuária leiteira a mais acessível logo no início da instalação dos assentamentos, o leite se apresenta como o produto que mais tem se destacado no processo de consolidação dos lotes concedidos para a reforma agrária. Ao se caracterizar como uma atividade de alta liquidez (independente da época do ano), a pecuária leiteira é citada pelos assentados como o setor econômico da agropecuária mais estável para a obtenção de uma renda mensal assegurada⁵. Produzido a partir do uso de uma intensidade mínima de inovações (animais mistos de linhagens inferiores e ordenha manual predominantemente ao relento) - que configuram a dinamicidade do circuito subalterno da economia agropecuária nesse setor - o leite captado nos assentamentos (dentre os diferentes canais de comercialização e consumo) é referendado nas análises realizadas como um dos poucos produtos (junto à mandioca) com oferta regular nos programas de compra governamentais existentes na região.

³ Muitos relatos absorvidos nas pesquisas realizadas demarcam a nostalgia dos pais pela vida deixada no mundo rural como a única ligação possuída com o campo pelos assentados antes de adquirirem seus lotes.

⁴ O número insuficiente de profissionais responsáveis pelo atendimento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que suscita a baixa qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) foram reclamações recorrentes nas visitas realizadas aos assentamentos. Com a terceirização da ATER, o diagnóstico realizado indicou uma alta rotatividade de funcionários e a existência de uma política de metas quantitativas que não contempla as necessidades mínimas de um bom acompanhamento das demandas dos assentados.

⁵ Daí que nas pesquisas de campo realizadas nos assentamentos se destacaram nas paisagens captadas o predomínio das mesmas antigas pastagens herdadas do período em que as áreas em concessão ainda se manifestavam enquanto latifúndios.

Já no que se refere ao abastecimento de frutas, legumes e verduras, mesmo se tendo identificado a insuficiência na produção dos lotes de reforma agrária, o incentivo da venda garantida principalmente ao PAA propiciou um aumento da oferta regional desses produtos alimentares cultivados nos assentamentos⁶. Sendo assim, além da prerrogativa de um aumento na renda das famílias assentadas, o PAA tem sido uma ‘escola’ na qual o produtor tem a oportunidade de aprender a produzir.

Outra correspondência muito importante constatada nessa pesquisa é a ligação existente entre os municípios que aderiram ao PAA e a localização dos assentamentos. Ao se verificar que nos arredores da maioria das cidades onde houve a implantação de projetos do programa encontra-se um ou mais assentamentos, chega-se ao positivo diagnóstico que aponta benefícios econômicos e sociais criados localmente com a realização da reforma agrária⁷.

Partindo da análise da variável social, a realização da reforma agrária e a implantação concomitante de projetos de compra de produtos dos assentamentos nas municipalidades da região têm conseguido atingir minimamente as metas de “... garantir a alimentação de pessoas em *situação* de vulnerabilidade social ou insegurança alimentar e de gerar trabalho e renda no campo por meio da compra direta de alimentos dos produtores” (HESPANHOL, R. 2009, p. 01)⁸. Ao possibilitar a divisão da renda da terra acrescentada pelos repasses monetários advindos dos programas de compra governamentais, a reforma agrária tem propulsionado um efeito multiplicador na economia dos municípios onde são instalados os assentamentos (e em suas adjacências)⁹.

Observou-se que o mesmo não acontece nos 26 municípios que não aderiram ao programa na região. Nessas localidades, mesmo havendo projetos e entidades assistenciais que acolhem a população mais carente que vive *situações* de insegurança alimentar, o atendimento a essas demandas é feito com uma pequena diversidade de produtos (que em muitos casos, não inclui frutas, legumes e verduras). Oferece-se, assim, em quase a totalidade dos casos, a tradicional cesta básica composta por arroz, feijão, óleo de soja, macarrão, farinha de mandioca, café, açúcar e leite, basicamente¹⁰.

⁶ Ainda que o rigor das normativas imponham parâmetros rígidos para o funcionamento do programa, ao nível das localidades a modalidade Doação Simultânea tem tolerado a entrada de produtos fora dos padrões de mercado. Com isso, produtos aparentemente disformes e de coloração diferente ao habitual têm sido aceitos.

⁷ Observou-se que os três municípios que em 2013 possuíam projetos no PAA sem estarem localizados nas proximidades de assentamentos de reforma agrária – Clementina, Penápolis e Piacatu - (de um total de 17), caracterizam-se por apresentar uma menor concentração fundiária e a existência de um volume significativo de pequenos agricultores tradicionais que realizam uma produção mais diversificada em suas delimitações territoriais.

⁸ As entidades municipais mais citadas no recebimento das doações via PAA foram os hospitais, asilos, creches e igrejas.

⁹ “O dia do recebimento do cheque do PAA é uma alegria para os donos de comércio da cidade”, relatou um presidente de cooperativa de produtores de Andradina.

¹⁰ Em alguns municípios se citou casos de mercados de alimentos que informalmente doam produtos *in natura* fora dos padrões das gôndolas para entidades assistencialistas. Nessas

No que se refere ao PNAE, todos os 43 municípios da região pesquisada fazem parte do programa. Contudo, como no PAA, somente os mais próximos aos assentamentos conseguem captar para a merenda escolar uma diversidade de produtos *in natura* adquiridos diretamente dos produtores rurais da circunvizinhança. Posto dessa forma, na maioria das municipalidades (onde praticamente não se produz nada além de cana, carne e leite), os produtos demandados nas licitações do PNAE são predominantemente providos pelas propostas apresentadas por agroindústrias (de diferentes lugares do Centro-Sul do país), empresas atacadistas e mercados locais e regionais.

Outros elementos positivos que emergiram através da *multiterritorialidade* representada pelo surgimento dos assentamentos da reforma agrária na região de Araçatuba são os comércios de rua formais e informais. Afora os doces, queijos e outros produtos artesanais fabricados pelas famílias assentadas, a comercialização do excedente perecível não absorvido pelos programas de compra governamentais promoveu um reajuste significativo nos fluxos do circuito inferior da economia. Exemplificando com o caso das feiras livres, somente no município de Andradina, na última década (de 2000 a 2010), a periodicidade desse *evento* saltou de dois para cinco dias durante a semana. Destarte, resultado do surgimento na região de 30 novos assentamentos nessa primeira década do século XXI, feiras livres foram criadas no espaço urbano de várias municipalidades adjacentes a esses projetos.

Essas são amostras de um *sistema de objetos* e ações que embora represente somente um fragmento minúsculo do *território usado* na região de Araçatuba (e detenha problemáticas como as relacionadas ao domínio técnico-produtivo), reúne potencialidades que deveriam estar na ordem do dia dentre as principais pautas estruturais de políticas públicas do país. Numa realidade onde a maioria da população não consegue acessar em seu cotidiano a quantidade e qualidade mínimas necessárias de alimentos para se ter uma vida saudável, refletir a função social da terra e reivindicar a reforma da estrutura fundiária do entorno regional vivido é um direito.

Seguindo esse indicativo, mesmo com as conquistas adquiridas neste novo século que resultaram na criação de 34 assentamentos na região, os movimentos sociais reivindicatórios da reforma agrária continuam pleiteando ao poder público a desapropriação de muitas outras áreas improdutivas ainda existentes. Através de ocupações que são reforçadas em campanhas como o Abril Vermelho, somente no ano de 2013, em toda a região, 36 fazendas estavam parcialmente tomadas por acampamentos de sem-terra.

Numa realidade em que 63,4% das propriedades na região são fazendas com mais de 200 hectares, e que dentre elas alguns casos chegam a indicar a concentração de áreas que superam 20.000 hectares sob a posse de uma única família (LUPA, 2008), as pressões dos movimentos sociais e as intervenções do INCRA para identificar *situações* de improdutividade dão um

localidades, esses donativos se constituem para muitas pessoas praticamente a única fonte de acesso a frutas, legumes e verduras.

indicativo de que a busca pela construção de um modelo alternativo de uso da estrutura fundiária continuará¹¹.

Em um patamar no qual a função da terra se manifesta hegemonicamente segundo os anseios do mercado *verticalizado* de *commodities* internacionais, sua posse especulativa sustenta a manutenção de uma lógica perversa que coloca o abastecimento de alimentos dependente de longos *circuitos espaciais* de circulação. Reforça essa tendência, a insuficiência de políticas públicas que subsidiem as produções regionais (além da política de preços mínimos, do PAA e do PNAE) e invertam parte dos investimentos em ciência e tecnologia para a adaptação e o aumento da produtividade de culturas alimentares nos diferentes domínios morfoclimáticos.

Referência

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade: Um Debate**. Revista GEOgraphia. Ano IX. Nº17. Niterói, 2007.

HESPANHOL, R. **O Programa de Aquisição de Alimentos na Região de Dracena (SP)**. Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER). 18p. Porto Alegre, 2009.

SANTOS, M. **Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

¹¹ Informações obtidas junto aos agentes de desenvolvimento local das municipalidades indicaram a presença de 16 propriedades na região em processo de encaminhamento enquanto áreas de interesse social para a reforma agrária.